



AS QUESTÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO FÍSICA E A POLÍTICA EDUCACIONAL NO RIO GRANDE DO SUL

Ana Aparecida Esperdião Constancio¹

Argumentos iniciais

O momento atual da política pública educacional do Rio Grande do Sul (RS) tem revelado como as diferentes esferas sociais são atingidas por um conjunto de medidas fundamentadas no neoliberalismo. A escola, enquanto instituição social tem sofrido as consequências da política de ajuste fiscal incorporada pelo estado, gestão (2007-2010). O fato pode ser exemplificado através das medidas adotadas como: o fechamento de escolas, de bibliotecas, laboratórios de ciências e de informática o remanejamento de turmas, bem como, a fusão das turmas masculinas e femininas nas aulas de Educação Física.

Sendo assim, o presente estudo integra uma dissertação de mestrado, em andamento, cujo objetivo é investigar os impactos da política do governo do estado do RS na prática pedagógica dos professores/as de Educação Física após a determinação da fusão das turmas masculinas e femininas, em 2007, as quais estavam sendo ministradas separadamente, numa realidade específica da rede estadual de ensino.

Por isso, optou-se pela utilização de uma abordagem qualitativa, pois ao realizar uma pesquisa dentro do contexto escolar é possível vislumbrar como as relações sociais encontram-se imbricadas dentro da escola. Parafraseando Paulo Freire (2001, p.49) “a escola é moldada pela sociedade, e não ao contrário, de acordo com os ideais e pelos interesses dos detentores do poder”. Salienta-se também que esse processo não ocorre, pois, sem lutas ou contestações.

Sanchez-Gamboa (2007, p.116) acrescenta que esse tipo de análise “faz parte das teorias pedagógicas críticas nas quais o fenômeno da educação exige ser considerado em suas relações com o econômico, o social e o cultural”. Diante do objetivo proposto temos a intenção de contribuir com os demais estudos realizados na área de Educação Física dentro das discussões sobre políticas públicas educacionais e de gênero incluindo as estruturas que determinam essas construções sem que percebamos.

Políticas educacionais no Rio Grande do Sul e suas influências na prática pedagógica.

Muitas vezes, vistas sem a devida importância, as políticas educacionais mexem sutilmente com as estruturas de todo um sistema de ensino, por estarem, na maioria das vezes, vinculadas à

¹ Profª Especialista e Mestranda em Educação Física ESEF– UFPel-RS.



política econômica do país, por que toda a política educacional é intencional e seus pressupostos são fundamentados em valores, ações e ideias que irão influenciar a prática pedagógica em sala de aula e a construção do perfil do cidadão desejado pelo Estado.

Os anos 1990, segundo Oliveira (2001, 2004) e Silva (2003), foi uma década marcada por muitas iniciativas em todos os âmbitos da federação de reforma dos sistemas públicos de ensino, cujo objetivo foi realizar o ajuste necessário entre a oferta de mão-de-obra qualificada e a demanda do mercado de trabalho, de acordo com as orientações dos organismos internacionais (Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial).

No Rio Grande do Sul, na gestão- (1995-1999), seguindo os moldes das políticas do Governo Federal, gestão (1995-2003), pode-se observar as manifestações do neoliberalismo no Estado, através dos ajustes na área educacional, bem como a política de privatizações das estatais.

Nos demais governos que seguiram não houve mudanças significativas no modelo já implantado pela gestão anterior. Mas é na atual gestão de governo (2007-2010) que a política neoliberal tem se revelado implacável juntamente com ajustes fiscais e redução de custos que causaram inúmeras repercussões no âmbito educacional desde o início da gestão até o presente momento. As medidas adotadas foram: o fechamento de escolas, o remanejamento de turmas, que segundo a concepção da Secretaria Estadual de Educação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (SEC-RS) tinham um número reduzido de alunos. Esse processo foi denominado “enturmação” que ocasionou, no estado, o fechamento de 122 escolas, a municipalização de 177 escolas e o fechamento de 8.300 turmas, segundo Farias (2009). O argumento para tais medidas encontrava-se no site do governo do Estado da seguinte forma:

a determinação de reorganizar o quadro das turmas visa utilizar melhor os recursos públicos da União e do Estado para a manutenção das escolas. O que estabelece um novo padrão de gestão de recursos humanos, como vistas à melhoria dos desempenhos de aprendizagem nas escolas gaúchas².

Ocorreu também o fechamento de bibliotecas, laboratórios de ciências e de informática, entre outras medidas, impostas pela SEC-RS. Tais medidas adotadas geraram inúmeros protestos por parte dos professores/as, bem como pelo meio acadêmico dentre os quais podemos citar os estudo de Mousquer e Drabach (2008) e Baccin e Mendes (2009) que fazem a análise das políticas públicas educacionais da atual gestão.

Observa-se então, que o Estado do Rio Grande do Sul está seguindo o modelo de gestão que as escolas da rede tiveram que incorporar, fundamentados nos conceitos de “produtividade, eficácia,

² Governo do Estado do Rio Grande do Sul. **Turmas são reorganizadas em 26% das escolas gaúchas**. Disponível em <http://www.rs.gov.br/direciona.php> Acesso em 20/12/2009.



excelência e eficiência, importando, mais uma vez, das teorias administrativas as orientações para o campo pedagógico” através de uma política de enxugamento administrativo que alteraram a configuração das escolas da rede estadual nos seus aspectos físicos e organizacionais (OLIVEIRA 2004, p.1130).

Por isso, acreditamos que a questão da enturmação nas escolas estaduais tem um caráter de redução de custos administrativos. Nesse aspecto nos embasamos nas explicações de Arroyo (2000) para justificar por que as secretarias insistem em definir o número de alunos por turma. A centralidade do questionamento aponta dois vieses: o pedagógico e o financeiro, mas a definição é dada basicamente por questões financeiras, pois um número baixo de alunos por turma encarece o ensino. Concordamos que se tratando de dinheiro público “deve-se ter todo o cuidado com o não desperdício e sim aplicá-lo de forma correta e equacionada”, juntamente com critérios pedagógicos e éticos debatidos no contexto escolar com os professores (ARROYO 2000, P.142).

O problema consiste no fato de que, a partir do momento em que a SEC baixa uma portaria e define quantos alunos deve ter em uma sala de aula sem prévio conhecimento da realidade escolar e sem debate com os professores/as, vários problemas surgem no que diz respeito à imagem do professor/a, o respeito pelos seus saberes e sua valorização profissional, ou seja, esses se sentem como mercadorias.

As reformas da educação básica na atual gestão acabaram sobrecarregando e reestruturando em grande medida o trabalho dos professores e professoras. Ocorre assim, a isenção de responsabilidade dos governos, pois questões relacionadas à gestão o trabalho escolar são transferidas sobrecarregando setores, docentes e a comunidade escolar (Oliveira, 2004).

A partir dessas colocações convém ressaltar que há toda uma conjuntura política que corrobora para que haja o sucateamento da educação pública tentando passar a imagem, que infelizmente já foi incorporada no imaginário social, de o que é público não funciona e seus serviços são precários destinando-se aos pobres, sem condições de migrar ou pagar pelos serviços privados ou reivindicar melhor qualidade pelos serviços prestados. Mendes (2009) menciona que tal imaginário corrobora com “lei de mercado” quem tem condições paga pelo serviço privado se tem como objetivo uma educação de “melhor qualidade”, afinal todos são “livres” para fazer suas escolhas.

As políticas educacionais no RS demonstram no contexto geral pouca preocupação com a qualidade do ensino, pois a partir do momento em que ocorre uma sobrecarga docente e acúmulo de



alunos por sala de aula além dos demais fatores já citados fica difícil que a educação seja efetivamente de qualidade.

A fusão dos gêneros nas aulas de Educação Física

A educação escolar funciona como agente de manutenção da hierarquia e, no seu interior, residem os papéis de gênero que diferenciam as inserções dos homens e das mulheres. O conceito rígido estabelecido em torno do papel sexual masculino e feminino no interior da escola e, sobretudo, nas suas relações, traz a exclusão (CAETANO, 2005).

As aulas de Educação Física, pelo seu caráter de práticas corporais e cognitivas através do movimento, proporcionam vários tipos de análise, pois “através de processos culturais definimos o que é ou não natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e as tornamos históricas, onde os corpos adquirem sentido socialmente” (LOURO, 1998, p.122).

Em entrevista realizada pelo jornal Gazeta do Sul [na edição de Sábado e Domingo 21 e 22 de julho de 2007], a temática sobre gênero nas aulas de Educação Física é posta em pauta devido a uma manifestação, no dia anterior, que contou com 50 professores/as de Educação da abrangência da 6ª Coordenadoria Regional de Educação (6ª CRE) contra a unificação das turmas masculinas e femininas.

Para a coordenadora da 6ª CRE, apoiada pela equipe pedagógica composta por dois professores de Educação Física, os argumentos para unificar as turmas foram embasados no “respeito aos Direitos Humanos, a não discriminação por gênero e a forma diferenciada na qual se trabalha a Educação Física no ambiente escolar” (APPEL JÚNIOR, 2007).

Argumentos que não deixam de ser legítimos, de que a separação contribui para a desigualdade de gênero, uma crítica forte que acompanha a Educação Física desde os seus primórdios nos bancos escolares, principalmente pelo fato de fundamentar a separação no determinismo biológico que durante muito tempo tem legitimado a separação das turmas.

De acordo com essas constatações, a Educação Física é uma área onde se acentuam, ou talvez sejam mais visíveis, os conflitos em relação aos gêneros. Dessa forma, a coordenadora da 6ª CRE seguindo orientações da Secretaria do Estado do Rio Grande do Sul (SEC) utilizou-se destes argumentos para justificar sua decisão, que consiste em um avanço para as aulas de Educação Física da rede estadual numa perspectiva progressista de educação.

O antagonismo de toda a questão foi a maneira de como essa proposta fora implantada, pois sem conseguir convencer os professores/as em algumas reuniões que ocorreram anteriormente, uma



determinação foi enviada para as escolas, através de um memorando, mencionando que os professores/as que se opusessem a unificar as turmas deveriam ser registrados em ata e levados até o conhecimento da coordenadoria.

Quanto ao memorando ficou evidente a manifestação de poder por parte da 6ª CRE, sendo no seu sentido mais geral entendido como: “capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos sobre os fenômenos naturais ou pessoas” (PARO 2008, p.32). Interessa-nos para fins de análise deste estudo o poder sobre as pessoas, ou seja, de determinar comportamentos de outros. Foi neste sentido que o referido memorando apresentou um caráter de coerção resultante de um conflito de interesse entre quem detém o poder e quem é objeto dele. A coerção é uma forma de obrigar, impor uma vontade a alguém, podendo ocorrer sob constrangimento ou ameaça de punição. Pode-se inferir que tais medidas são incoerentes com uma gestão democrática de ensino.

É relevante compreender o gênero como constituído social e historicamente em meio às relações de poder. Assim este estudo assume o caráter plural das masculinidades e feminilidades e engloba os poderes que permeiam o ambiente escolar que são frutos da sociedade. A concepção de gênero embasada nas relações de poder permite que ampliemos os objetos de análise para problematizar como o social é construído e como as resistências se manifestam mediante as práticas coercitivas.

Assim, a intenção da 6ª CRE, através do discurso de unificar as turmas para contribuir para a igualdade de gênero, tinha como objetivo também corroborar com a política de redução de custos e ajuste fiscal da atual gestão do governo do Estado do Rio Grande do Sul. Nosso argumento está pautado no fato de que, após a unificação das turmas, nenhuma reunião pedagógica foi realizada pela 6ª CRE para discutir as relações de gênero e nem para saber como estavam sendo realizadas as aulas ou quais as necessidades que os professores/as estavam enfrentando ao trabalhar com turmas mistas.

Nesse sentido, entendemos que para avançarmos nas questões de gênero era necessário muito mais que uma determinação através de um memorando, mas a realização de cursos de formação acompanhados por apoio pedagógico constante para implantar a unificação nas escolas era de suma importância pelo fato das resistências persistirem e se renovarem quando o assunto é gênero. Isto porque se observa que ao longo das últimas décadas as questões de gênero são discutidas em todos os âmbitos, principalmente no contexto escolar e, no entanto, há inúmeras resistências no sentido de se trabalhar com turmas mistas, principalmente no que se refere à área da Educação Física.



Assim, Auad faz uma importante ressalva e nos lembra que “não basta misturar os meninos e meninas nas aulas” (2006). A escola mista, no nosso caso as aulas de educação física, por si só não garante que as desigualdades deixarão de existir. É necessário, sobretudo, realizar uma reflexão pedagógica a respeito das relações de gênero com objetivos bem definidos a serem desenvolvidos, caso contrário, pode influenciar na construção, bem como no reforço de relações de gênero desiguais na realidade escolar. A autora deixa claro que não defende as aulas separadas, pelo contrário as aulas mistas são imprescindíveis para que se desenvolva uma sistemática de reflexão fundamentada na co-educação proposta cujo objetivo é “incitar questionamentos e reconstruir ideias sobre o masculino e o feminino, estes percebidos como elementos não necessariamente opostos ou essenciais” (AUAD 2006, p.55).

Por outro lado, a reivindicação dos professores, para que as turmas se mantivessem separadas, segundo fundamentaram-se nas “diferenças físicas e as peculiaridades de cada aluno e no papel social que o esporte tem para afastar os alunos dos perigos que os rodeiam” (APPEL JÚNIOR, 2007).

Mas, a unificação traria também aos professores/as consequências como: desemprego dos contratados, remanejamento dos nomeados para outras escolas para suprirem os contratos, a baixa qualidade do ensino ocasionada pela enturmação além das questões de gênero, bem como a dificuldade em trabalhar com turmas mistas.

A manifestação dos professores/as pode ser observada por dois vieses: como forma de resistência e contestação às imposições ocasionadas pela política implantada na atual gestão do governo do Estado e como uma forma conservadora dos professores/as de Educação Física em manter as turmas separadas. Este fato revela uma concepção tradicional de realizar as aulas de Educação Física no ambiente escolar, embasadas no determinismo biológico e na aptidão física que justificariam a separação entre os mesmos.

Quanto às resistências, Apple (1989) nos revela que estão sempre presentes (seja na fábrica, escritórios ou escolas) como uma maneira de se opor ao aparato ideológico do estado. As resistências adquirem formas de conhecimento e procedimentos que ao longo da história não são esquecidos, mas sim transformados.

Os trabalhadores em todos os níveis tentam criar condições informais para obter um certo grau de controle sobre o seu trabalho, para estabelecer um sentido de poder informal e para utilizar suas habilidades-frequentemente através de formas culturais, não diretamente políticas³.

³ APPLE, Michael W. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989, p. 122.



As resistências nesse aspecto caracterizaram através das manifestações organizadas pelos professores/as, bem como os arranjos produzidos nas escolas ao dividirem as turmas mistas para as aulas de Educação Física constituindo alternativas às coerções impostas pelas ações governamentais.

Após a determinação da fusão das turmas, cada escola com seus respectivos professores/as de Educação Física atuaram de forma diferenciada, algumas realizaram a fusão e outras com o intuito de manter a separação utilizaram duas modalidades para manter as turmas separadas.

Dornelles (2007) revela como essas modalidades de separação ocorrem nas aulas e as subdivide em duas sendo uma extraoficial, pois a separação ocorre no interior da disciplina de Educação Física, sem que a organização escolar perceba e a outra é dita como oficial, o arranjo para que aconteça a separação entre meninos e meninas é corroborada pela organização escolar. Na primeira, a extraoficial, as turmas contam como mistas, mas são separadas durante o transcorrer das aulas de Educação Física, sendo que os meninos ocupam um espaço para realizar certa modalidade e as meninas ocupam outro realizando a mesma atividade ou não.

A segunda modalidade de separação é aquela oficialmente constituída e conta com a participação do aparato escolar, pois é necessário que a escola, ao fazer o horário dos componentes curriculares, permita que duas turmas fiquem juntas para a realização das aulas de Educação Física. Aqui, uma das formas configura-se quando duas turmas são divididas em meninos e meninas. Somam – se os meninos de uma turma com os meninos da outra turma; faz-se o mesmo com as meninas. As duas turmas mistas -nos momentos de atividades em sala de aula- “são transformadas em uma turma inteira de meninos e uma turma inteira de meninas, especificamente, nas aulas de Educação Física” (DORNELLES, 2007 p.47).

Na realidade específica do estudo constatou-se que ambas as modalidades de separação foram utilizadas na rede, ou seja, a discriminação continua, embora alguns professores/as mesmo contrariados tenham desenvolvido aulas mistas com interação entre meninos e meninas.

Por isso, é necessário analisar a Educação Física que – enquanto um fato histórico, social, cultural – que está inserida dentro de um contexto econômico, social e político mais amplo que perpassa as classes sociais e instituições como a família, religião, mídia e escola, sujeita, portanto, às determinações históricas e políticas.

Devemos, enquanto “formadores”, nos questionar sobre os processos normativos de construção do saber, nas linguagens acadêmicas, na seleção de conteúdos e na organização administrativa escolar visar a desnaturalização de processos que são socialmente construídos e a



análise das relações sociais de poder no que tange às relações de gênero e aos impactos proporcionados por governos que têm total descaso com a educação.

Considerações provisórias

A área de Educação Física constitui um espaço privilegiado, dando visibilidade às questões de gênero com mais frequência, porque o corpo é produzido através da história da cultura e na constituição da sua identidade, adquire significados que são continuamente reforçados ou alterados. Muitas argumentações para a diferenciação entre os gêneros nas aulas de Educação Física são pautadas no determinismo biológico os quais precisam ser desnaturalizados, porque o corpo é histórico.

É, nesse sentido, que o presente estudo está sendo realizado com o objetivo de explicitar as formas pelas quais somos atingidos, através do episódio envolvendo a fusão dos gêneros nas aulas de Educação Física, pelas políticas educacionais e seus pressupostos econômicos e políticos dentro do cotidiano escolar, ou seja, partimos de uma análise macro para verificar os seus efeitos nos microespaços.

A busca por esta análise tem a intencionalidade de demonstrar como as relações acontecem nas diferentes esferas sociais e como se encontram imbricadas na sociedade. Destacamos a responsabilidade dos educadores nos espaços escolares, os quais podem atuar na construção ou na manutenção dos estereótipos de gênero e sociais. Mas, para isso é necessário que os próprios docentes tenham essas questões bem resolvidas e principalmente que estejam atentos (as) para a reprodução das verdades indiscutíveis.

Há necessidade de que a escola incite questionamentos e reflexões sobre como as questões culturais são atravessadas pelas econômicas, políticas e sociais e principalmente que estas são dinâmicas e mutáveis, ou seja, passíveis de serem transformadas.

Referências

APPLE, Michael W. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. 201p

APPEL JUNIOR, Jansle. Professores não querem mudar a Educação Física **Jornal Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 21 e 22, Julho, 2007, Geral, pág.22.

ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. 2. ed Petrópolis: Vozes, 2000. 251p.

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola**. São Paulo: Contexto. 2006.



BACCIN, Ecléa Vanessa Canei e MENDES, Valdelaine da Rosa. **Algumas considerações sobre as políticas educacionais e reformas da educação no Rio Grande do Sul.** Disponível em: http://www.ufpel.tche.br/cic/2009/cd/pdf/CH/CH_01455.pdf

CAETANO, Marcio Rodrigo Vale. **Os gestos do silêncio para esconder as diferenças-** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005, 159f.
DORNELLES, Priscila Gomes. **Distintos destinos?:** A separação entre meninos e meninas na educação física escolar na perspectiva de gênero. Porto Alegre: Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio grande do Sul, 2007. 156f.:Il.

FARIAS, Stela (PT), **Deputada Stela Farias visita Câmara de Vereadores de Esteio** Câmara de Vereadores de Esteio no dia 02/04/2009. Disponível em http://www.camaraesteio.rs.gov.br/ver_news.asp?id=269. Acesso em 22/12/2009.

FERRARO, Alceu R. **O movimento neoliberal:** Gênese, natureza e trajetória. Sociedade em debate, Pelotas, 3(4): 33-58, Dezembro de 1997.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia:** o cotidiano do professor. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. 224 p.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Turmas são reorganizadas em 26% das escolas gaúchas.** Disponível em <http://www.rs.gov.br/direciona.php> Acesso em 20/12/2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. 2a ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

MENDES, Valdelaine da Rosa. **Democracia participativa e educação:** a sociedade e os rumos da escola pública. São Paulo: Cortez, 2009.

MOUSQUER, Maria Elisabete Londero e DRABACH, Neila Pedrotti. **A visão das políticas públicas educacionais a partir dos sujeitos em diferentes lugares sociais:** as mudanças na educação pública do Rio Grande do Sul. Disponível em http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/879_684.pdf

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Política Educacional nos anos 1990: Educação Básica E Empregabilidade. In: DOURADO, Luiz Fernandes e PARO, Vítor Henrique (org.) **Políticas públicas e educação básica.** São Paulo: Xamã, 2001. p. 105-121.

_____ **A reestruturação do trabalho docente:** precarização e flexibilização. Educação e Sociedade, Campinas, vol.25, n.89,p.1127-1144,Set/Dez. 2004.

SÁNCHEZ-GAMBOA, Silvio. **Pesquisa em educação métodos e epistemologias.** Chapecó: Argos, 2007. 193 p.

SILVA, Ilse Gomes. **Democracia e Participação na Reforma do Estado.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2003. v. 1. 120 p.
